

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Of.Circulado n.º: **40 102 04.10.2011**

Processo: 2011000821

Entrada Geral:

N.º Identificação Fiscal (NIF):

Sua Ref.º:

Técnico:

Cód. Assunto:

Origem:

EXMOS. SRS.

SUBDIRECTORES-GERAIS

DIRECTORES DE SERVIÇOS

DIRECTORES DE FINANÇAS

CHEFES DE FINANÇAS

Assunto: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – ISENÇÃO DO ARTIGO 46.º, N.º 1, DO EBF – CESSAÇÃO DE COABITAÇÃO E CESSAÇÃO DE COMPROPRIEDADE

Suscitadas dúvidas relativamente à subsistência da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) prevista no n.º 1 do artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais quando, nas situações de compropriedade, cessa a coabitação e um dos comproprietários adquire a metade indivisa do outro, foi, por despacho proferido pelo substituto legal do Director-Geral dos Impostos, de 15.07.2011, sancionado o seguinte entendimento:

1. A isenção de IMI reconhecida a dois comproprietários para habitação própria e permanente de ambos, independentemente do seu estado civil, não cessa com o fim da coabitação, se um dos comproprietários adquirir ao outro a respectiva metade indivisa e continuar a habitar o prédio isento;
2. Assim se verifica, pois o direito à isenção é uno e indivisível, relativamente a todo o prédio, ainda que com dois titulares, sendo que a aquisição da metade indivisa pelo comproprietário somente dita a reunião nele da titularidade singular do direito à isenção;
3. Consequentemente, quando um dos comproprietários adquire a metade indivisa do outro, deve a isenção antes reconhecida ser inscrita a favor do proprietário único que continua a afectar o prédio isento à sua habitação própria e permanente, pelo período de isenção remanescente.

Com os melhores cumprimentos,

A Subdirectora-Geral

Maria Angelina T. Silva